

como premissas e a fórmula $\exists x (Sx \wedge \neg Px)$ como conclusão. Assim, nem todas as inferências aristotélicas são válidas na lógica de primeira ordem (o mesmo ocorre com certas inferências do QUADRADO DE OPOSIÇÃO, com certas inferências por CONVERSÃO, e com alguns outros modos silogísticos).

A razão é a de que a teoria tradicional é normalmente acompanhada da pressuposição geral de que os termos gerais que intervêm nas inferências não têm extensões vazias; ora, tal pressuposição está ausente da lógica de primeira ordem. Obviamente, se juntássemos àquelas duas premissas, a título de premissa suplementar, uma fórmula que materializasse essa pressuposição com respeito ao predicado S, designadamente a fórmula $\exists x Sx$, obteríamos uma forma válida de inferência da lógica de primeira ordem. Ver SILOGISMO, IMPLICAÇÃO EXISTENCIAL. JB

felicidade Ver CONDIÇÕES DE FELICIDADE.

figura Ver SILOGISMO.

filosofia analítica, história da O filósofo e matemático alemão Gottlob Frege é seguidamente apontado como o fundador da filosofia analítica. O facto ilustra um aforismo de Jorge Luís Borges: cada autor cria os seus precursores. Frege, possivelmente o nome mais importante da história da lógica desde Aristóteles, inaugurou a lógica moderna ao publicar a *Begriffsschrift* (1879), que apresentava pela primeira vez a teoria da quantificação como a temos hoje. Os escritos lógico-filosóficos que publicou desde então contêm ideias de imensa importância para as filosofias da lógica e da matemática, cuja novidade e fecundidade não escapou a leitores argutos como Edmund Husserl ou Bertrand Russell. Mas não é exagero dizer que foi apenas com a publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), de Ludwig Wittgenstein, que essas ideias começaram a ser incorporadas numa tradição filosófica que já tinha, naquela altura, mais de duas décadas de existência.

A tradição que, retrospectivamente, reco-

nhceria e honraria Frege como seu principal precursor emergiu como um movimento filosófico em Cambridge, Inglaterra, no episódio conhecido como «a revolta contra o idealismo», cujos protagonistas foram George Edward Moore e Bertrand Russell. O ensaio de Moore «The Nature of Judgement» (1899) assinala o começo desse movimento, e pode ser considerado a certidão de nascimento da filosofia analítica. Nele, Moore empreende a crítica, a que em seguida viria a associar-se Russell, aos fundamentos lógico-filosóficos das doutrinas metafísicas do idealismo britânico — a tradição que emergira da recepção, na segunda metade do séc. XIX, das filosofias de Kant e do idealismo alemão por filósofos como Thomas Hill Green, Francis Herbert Bradley e Bernard Bosanquet. Moore identificava na concepção do juízo como exercício de capacidades activas do espírito, sem cujo concurso nenhum objecto de experiência se poderia constituir, a raiz de uma amálgama desastrosa entre as condições de verdade de uma proposição e as condições de assentimento a essa proposição. A confusão entre essas duas classes de condições, por sua vez, abria o caminho para a usurpação da metafísica pela teoria do conhecimento, que distinguiria a tradição idealista.

Para os idealistas, toda a experiência era essencialmente judicativa ou proposicional: a sua tese mais característica era que não temos qualquer compreensão do que é o objecto de um juízo (aquilo sobre o que ajuizamos ou inferimos) anterior à compreensão que tenhamos do que seja ajuizar e inferir. Em consequência, tão-pouco temos uma noção, anterior à compreensão que temos do acto judicativo, do que é um constituinte possível de um juízo. A essa doutrina «holista» do primado do juízo sobre os seus constituintes (que também é a de Frege), e à representação subjacente do juízo como exercício de capacidades espirituais activas, Moore e Russell passaram a contrapor a doutrina «atomista» que fazia depender todo acto judicativo da apreensão directa, não conceptual, dos constituintes (que Moore, em 1898, chamava «conceitos») do juízo. O

filosofia analítica, história da

conhecimento proposicional, ou «conhecimento de verdades», como diria mais tarde Russell, passava a depender de uma forma primitiva de intencionalidade, caracterizada pela imediatez e a receptividade: o conhecimento por contacto dos objectos imediatos da experiência, intelectual e sensível. Daí o significado do projecto analítico, que tomaria forma nas duas grandes obras que Moore e Russell dedicaram, respectivamente, aos fundamentos da ética e da matemática: *Principia Ethica* e *The Principles of Mathematics*, ambos publicados em 1903, faziam depender a objectividade dos juízos (éticos e matemáticos, respectivamente) da distinção entre as condições da sua verdade (que as coisas sejam como se julga que são) e do reconhecimento da satisfação dessas condições; e esse reconhecimento, por sua vez, dependia do conhecimento por contacto (apreensão imediata e puramente receptiva) dos constituintes do juízo: particulares, universais e formas lógicas, conforme o caso. Postular uma forma de intuição intelectual como contrapartida, para as entidades abstractas, da percepção de particulares sensíveis, subjaz ao recurso sistemático a metáforas perceptivas (e, em particular, à linguagem da percepção visual) através das quais Moore e Russell (como, antes deles, Platão) procuraram caracterizar a apreensão dos seus indefiníveis, os constituintes inalisáveis (logicamente simples) dos juízos: o Bem, em *Principia Ethica*, as noções lógico-matemáticas primitivas (implicação, classe, função proposicional, etc.), em *The Principles of Mathematics*.

Uma lógica atomista, fundada no repúdio da doutrina do primado do juízo sobre os seus constituintes; uma metafísica realista de viés platonizante, em oposição ostensiva ao idealismo que reivindicara o legado da revolução copernicana de Kant; uma defesa da autonomia da metafísica contra as pretensões abusivas da teoria do conhecimento; por fim, e notavelmente, um projecto analítico (a decomposição de juízos e conceitos nos seus constituintes elementares), conduzido com inteira independência de quaisquer considerações sobre a lin-

guagem: tais são, na sua origem, os traços fisionómicos da filosofia analítica.

A ideia de análise, tomada literalmente como decomposição de um complexo nos seus constituintes simples, receberia uma forma definida, e seria pela primeira vez associada à de uma explicitação de estruturas lógicas encobertas pelas formas gramaticais da linguagem, na TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS divulgada por Russell em «On Denoting» (1905). Esse «paradigma da filosofia», como lhe chamariam Ramsey e Moore, liquidava a doutrina dos «conceitos denotativos» que, em *The Principles of Mathematics*, estivera na base da teoria da predicação de Russell, e abria caminho para a concepção da filosofia como «análise lógica da linguagem» que, a partir do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein, e até ao início dos anos 70, distinguiria a tradição analítica.

A teoria das descrições de Russell é uma teoria sobre as formas lógicas das proposições em que ocorrem «expressões denotativas»: expressões como «um homem», «algum homem», «todo homem», «qualquer homem», «o actual Rei da Espanha», «o actual Rei da França», «o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do séc. XX», «a primeira linha da *Elegia*, de Gray». Russell pensa que essas expressões podem ocupar a posição correspondente ao sujeito gramatical da frase e serem aí substituíveis *salva congruitate* (e não raro, no caso de descrições definidas como «o actual Rei da Espanha», *salva veritate*) por nomes próprios. A tese fundamental de Russell é que essas expressões contribuem para a determinação das condições de verdade da frase de maneira radicalmente diversa da que é própria de um termo singular. Em poucas palavras, a tese é que descrições não são, aparências gramaticais à parte, expressões referenciais, mas quantificadores; e os quantificadores são predicados (de segunda ordem: predicados de predicados), portanto, expressões de generalidade lógica. A análise explica por que razão o sentido da frase «O actual Rei da França é calvo» é independente da verdade da pressuposição existencial que integra as suas condições de verdade. «Por descrição» é, em suma, a

resposta de Russell à pergunta «Como é possível pensar o não ser?». A generalidade lógica serve para isso.

Mas a análise também depende, criticamente, de se postular uma classe não vazia de termos singulares genuínos. Ao tratar as descrições como expressões de generalidade, Russell dissociou-as dos termos singulares para regimentá-las na categoria lógica das expressões cuja extensão é vazia ou não consoante pelo menos um predicado for ou não satisfeito. A contrapartida dessa reclassificação é o reconhecimento de uma classe de nomes «logicamente próprios», e de um modo de designação primitivo, irreduzível ao «conhecimento por descrição». A distinção epistemológica entre conhecimento por descrição e conhecimento por contacto é ineliminável, se o for a distinção lógica entre descrições e termos singulares.

Em conformidade, assim, com a concepção do juízo distintiva da «revolta contra o idealismo», o conhecimento por contacto (a apreensão imediata e puramente receptiva) dos constituintes do juízo emerge, na teoria das descrições, como uma pressuposição absoluta de todo o acto judicativo. Tal é o sentido do princípio do contacto de Russell: o princípio segundo o qual «toda proposição que compreendemos tem de ser composta, exclusivamente, de constituintes dos quais temos conhecimento por contacto». Esse princípio, subjacente à investigação dos indefiníveis lógico-matemáticos em *The Principles of Mathematics*, e tacitamente pressuposto na explicação das «ideias primitivas» que fundam o majestoso edifício de *Principia Mathematica* (composto, em colaboração com Whitehead, entre 1907 e 1910), emerge, na primeira metade da década de 1910, como o fio condutor do grande projecto filosófico a que Russell passa a dedicar-se após a conclusão de seu *opus magnum*: essa «teoria do conhecimento» cujo acidentado desenvolvimento e fracasso último teriam, em igual medida, a marca de um episódio intelectual a que o próprio Russell se referiria, anos mais tarde, como «o impacto de Wittgenstein». Entre 1912 e 1914, com efeito, Russell passou rapidamente da condição de mentor à

de interlocutor privilegiado, e alvo de crítica implacável, do mais talentoso e insubmisso dos seus discípulos, o austríaco Ludwig Wittgenstein. As duas consequências mais notáveis dessa tumultuosa relação intelectual foram a ruína do projecto epistemológico de Russell e a consumação, na obra filosófica de Wittgenstein, dessa «viragem linguística», como lhe chamaria Gustav Bergmann, que ainda hoje é seguidamente tomado como distintivo da tradição analítica.

A teoria do conhecimento esboçada por Russell em «Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description» (1910) e em *Os Problemas da Filosofia* (1912), e desenvolvida no seu grande manuscrito inacabado de 1913, *Theory of Knowledge*, deveria articular, sob o primado do princípio do contacto, a metafísica do juízo emergente da «revolta contra o idealismo» com os resultados das investigações lógicas que culminaram em *Principia Mathematica*. A crítica radical de Wittgenstein a esse projecto epistemológico, progressivamente elaborada e refinada ao longo de quase uma década (das «Notes on Logic» apresentadas a Russell em 1912, ao *Tractatus Logico-Philosophicus* composto durante a primeira guerra mundial e publicado em 1921) persuadiu Russell, ainda em 1913, a abandoná-lo definitivamente. Do extenso manuscrito inacabado, cujo texto integral só viria a ser divulgado postumamente (em 1984), Russell chegou a publicar os três primeiros capítulos, sob forma de uma série de artigos, em *The Monist* («On the Nature of Acquaintance», 1914). Ao programa de «construção lógica» dos objectos do conhecimento empírico a partir de uma base fenomenista, de que deveriam tratar os capítulos finais de *Theory of Knowledge*, foi dedicada a série de conferências proferidas por Russell em Harvard em 1914, publicadas naquele ano sob o título *Our Knowledge of the External World as a Field for Scientific Method in Philosophy*. Esse programa viria a exercer imensa influência na filosofia do séc. XX, como atestam dois de seus avatares, *Der Logische Aufbau der Welt* (1928), de Rudolf Carnap, e *The Structure of Appearance* (1951), de Nelson Goodman.

filosofia analítica, história da

O impacto de Wittgenstein é manifesto nas conferências proferidas por Russell em Londres em 1918, publicadas naquele ano em *The Monist* sob o título «The Philosophy of Logical Atomism»; na *Introduction to Mathematical Philosophy* (1919); e, ainda mais profundamente, na Introdução e no Apêndice C da Segunda Edição de *Principia Mathematica* (1927), que apresentam as linhas gerais de uma reconstrução parcial do sistema à luz da teoria wittgensteiniana das funções de verdade, e da sua elaboração por F. P. Ramsey em «The Foundations of Mathematics» (1925).

O *Tractatus Logico-Philosophicus* fora o resultado de anos de elaboração e crítica dos temas centrais da filosofia da lógica de Russell. Em muitos aspectos, as ideias lógicas a que Wittgenstein chegou aproximaram-no de Frege, e contribuíram decisivamente para a recepção da obra do filósofo alemão, especialmente no mundo filosófico anglo-saxónico. Particularmente notável é a elaboração, a partir da crítica interna à teoria do juízo de Russell, de uma forma da doutrina (comum, como se viu, a Frege e aos idealistas britânicos) do primado do juízo sobre os seus constituintes. Nesse ponto crucial, Wittgenstein dissocia-se da revolta contra o idealismo, e inaugura o prolongado eclipse do realismo na tradição analítica.

O ambicioso programa de Wittgenstein envolve, de facto, um acerto de contas com a totalidade dos problemas filosóficos: o propósito declarado do seu livro é mostrar que «a formulação desses problemas repousa sobre a má compreensão da lógica da nossa linguagem». A execução desse projecto é orientada por uma doutrina sobre a «forma geral da proposição» que, repudiando a teoria russelliana do juízo, opera a dissociação integral entre a técnica dos símbolos incompletos, introduzida com a teoria das descrições, e as especulações epistemológicas de Russell sobre as condições do juízo. A estratégia de Wittgenstein (captada no lema «A lógica deve cuidar de si própria», *Tractatus*, 5.473) consiste em supor que essas condições estão satisfeitas, pouco importando como (é tarefa da psicologia, uma ciência empírica,

investigá-las), para se concentrar na pergunta «O que autoriza o exame da forma lógica dos juízos a dizer sobre o objecto próprio da metafísica — ou seja, sobre a essência do mundo?». O resultado, devastador para as pretensões de toda metafísica que «pretenda apresentar-se como ciência», encerra um ciclo na história da filosofia analítica e inaugura outro. «Filosofia» será, doravante, por quase meio século, sinónimo de «análise lógica da linguagem».

O Círculo de Viena, fundado em 1924 por Moritz Schlick, Rudolf Carnap, Otto Neurath e outros, dará, como é notório, uma forma particularmente estridente ao programa de «superação da metafísica pela análise lógica da linguagem». O repúdio da doutrina do juízo que distinguira a revolta contra o idealismo não é o único traço que aproxima a filosofia da «viragem linguística» da tradição com a qual Moore e Russell haviam rompido. Ainda mais ostensivamente, a viga mestra do programa anti-metafísico do Círculo de Viena, o princípio de verificação, incorpora na análise lógica da linguagem restrições epistemológicas (em que se fazem sentir as raízes empiristas e neokantianas do programa) profundamente incompatíveis com o realismo dos fundadores da tradição analítica.

O progressivo afrouxamento, e o abandono final, do critério empirista de significado cognitivo, perante as dificuldades crescentes não resolvidas (como a de explicar satisfatoriamente a semântica dos predicados disposicionais e das condicionais contrafactuais), contribuiu decisivamente para o declínio do programa; e outro tanto deve ser creditado ao efeito cumulativo do «assalto à imediaticidade» com o qual filósofos como Wittgenstein, J. L. Austin, W. V. Quine ou Wilfrid Sellars precipitaram a derrocada da concepção empirista dos dados imediatos da experiência: é o caso das críticas de Wittgenstein à definição ostensiva e à privacidade da experiência (em cursos ministrados em Cambridge na década de 30 e, sobretudo, nas *Investigações Filosóficas*, publicadas postumamente em 1953); do ataque de Austin aos dados dos sentidos e à ideia de uma linguagem fenomenológica (nos cursos ministrados em

Oxford entre 1947 e 1959, publicados postumamente em 1962 no volume *Sense and Sensibilia*); da denúncia por Quine dos «dogmas» da analiticidade e do reducionismo (introduzida em 1936 em «Truth by Convention», e popularizada pelos ensaios reunidos em *From a Logical Point of View*, 1953); da demolição por Sellars do «mito do dado» (em «Empiricism and the Philosophy of Mind», 1956).

Todos esses factores reunidos, contudo, não são suficientes para dar conta de alguns dos traços mais distintivos da filosofia analítica no último quartel do séc. XX: o ressurgimento do realismo filosófico; a nova respeitabilidade da metafísica; por fim, e não menos notavelmente, o progressivo abandono da viragem linguística — aspectos em que boa parte da filosofia analítica recente está mais próxima de Moore e Russell que dos positivistas lógicos e seus críticos históricos.

Pelo menos uma das raízes dessa evolução remonta directamente à filosofia de Russell: trata-se do uso que foi feito da teoria das descrições, e especificamente da distinção entre nomes próprios e descrições definidas, na controvérsia, suscitada por Quine nos anos quarenta do séc. XX, sobre a interpretação da lógica modal quantificada. Os argumentos ostensivamente russellianos de Arthur Smullyan («Modality and Description», 1948), Frederick Fitch («The Problem of the Morning Star and the Evening Star», 1949) e Ruth Barcan Marcus («Modalities and Intensional Languages», 1961) em defesa dos novos sistemas modais prepararam o terreno para a nova teoria da referência que seria desenvolvida, a partir de meados dos anos sessenta do séc. XX, por filósofos como Keith Donnellan («Reference and Definite Descriptions», 1966; «Proper Names and Identifying Descriptions», 1972), Saul A. Kripke («Identity and Necessity», 1971; «Naming and Necessity», 1972) e Hilary Putnam («Is Semantics Possible?», 1970; «The Meaning of «Meaning»», 1975). Na obra dos dois últimos, em particular, a teoria da referência articulou-se com uma reivindicação explícita do realismo filosófico, e da dissociação entre

categorias metafísicas e epistemológicas, cuja influência se faz sentir vivamente na discussão filosófica dos nossos dias.

O abandono da viragem linguística, de que é emblemática a obra do filósofo britânico Gareth Evans, é acompanhada de uma reavaliação das ideias lógico-semânticas dos fundadores da tradição analítica. O despertar da consciência histórica na filosofia analítica recente, manifesto no crescente interesse que suscitam as investigações sobre a formação e desenvolvimento dessa tradição, é responsável pelo facto de as origens da filosofia analítica, mais de um século depois da revolta contra o idealismo, parecerem mais próximas e familiares a muitos filósofos contemporâneos do que a já remota divisa da «superção da metafísica pela análise lógica da linguagem». PF

- Baldwin, T. 1990. *G. E. Moore*. Londres: Routledge.
- Coffa, J. A. 1991. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Friedman, M. 1999. *Reconsidering Logical Positivism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hylton, P. 1990. *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*. Oxford: Clarendon Press.
- Reck, E., org. 2002. *From Frege to Wittgenstein*. Oxford: Oxford University Press.
- Soames, S. 2005. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2 vols.
- Tait, W. W., org. 1997. *Early Analytic Philosophy*. Chicago: Open Court.
- Weiner, J. 1990. *Frege in Perspective*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Williamson, T. 2004. Depois da Viragem Linguística? Trad. de D. Murcho. *Crítica*. http://www.criticanarede.com/filos_viragem.html.

filosofia da linguagem comum Esta expressão designa, de uma maneira não completamente consensual, um conjunto de filósofos (mais do que uma escola filosófica bem definida) que se caracterizou por defender um ponto de vista específico acerca do método filosófico correcto — o de que produzir uma tese filosófica tem como condição necessária a prévia observação